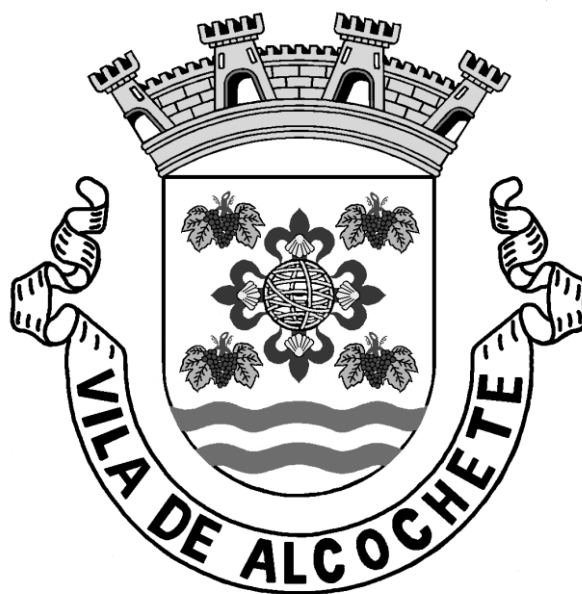




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 12

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 08 DE JUNHO DE 2022

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	15
C. ORDEM DO DIA.....	21
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	21
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES.....	21
3. ASSUNTOS PROPOSTOS PELA SENHORA VICE-PRESIDENTE E VERAÇÃO:	
3.1 CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOCHETE E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOCHETE.....	22
3.2 ATRIBUIÇÃO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR.....	22
3.3 CEDÊNCIA DO ESPAÇO PÚBLICO E APROVAÇÃO DO HORÁRIO DAS FESTIVIDADES PARA A REALIZAÇÃO DAS TRADICIONAIS FESTAS DE CONFRATERNIZAÇÃO CAMPONESA DE SÃO FRANCISCO.....	24
3.4 ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA UM LUGAR DE MARINHEIRO DE TRÁFEGO FLUVIAL, INSERIDO NAS CARREIRAS NÃO REVISTAS DO REGIME GERAL.....	24
3.5 ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA UM LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL NA ÁREA DE SERRALHEIRO.....	25
3.6 RECURSO A RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA DE UM ASSISTENTE TÉCNICO NA ÁREA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.	27
4. APOIOS FINANCEIROS.....	32
5. INFORMAÇÕES	34
D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	35
ENCERRAMENTO	36

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e Ana Sofia Madeira Maduro e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Dário João Ferra Moura e Jorge Manuel Pereira Giro.

Faltou à presente reunião, por motivo considerado justificado a senhora vereadora Natacha Patrícia Bexiga Patinha e o senhor vereador Luís Miguel Carraça.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente, primeiramente, no âmbito da temática da pandemia, apresentou o relatório epidemiológico, atualizado à presente data, com os seguintes dados: 8850 casos de infeção, 818 casos acumulados (nos últimos 14 dias), 4104 casos por incidência cumulativa (nos últimos 14 dias, por 100 mil habitantes), 8001 casos recuperados e 31 óbitos.

Informou que o Centro de Vacinação instalado no Fórum Cultural de Alcochete se encontra em funcionamento às quartas-feiras e quintas-feiras, das 09h00 às 13h00 e das 13h30 às 15h30 e aos sábados das 09h00 às 13h00 e das 13h30 às 16h30 e que até à presente data foram administradas um total de 9011 vacinas. Recordou que a autarquia continua a assegurar, através dos Bombeiros Voluntários de Alcochete o transporte dos munícipes do concelho para o Centro de Vacinação, em articulação com o Setor de Ação Social, de acordo com critérios de mobilidade que se encontram em vigor. O número de contacto disponível para a marcação do respetivo transporte é 21 234 86 46. Desde o início da pandemia, já foram transportados para o Centro de Vacinação de Alcochete 536 utentes.

Partilhou a informação sobre os problemas inerentes à implementação da Carris Metropolitana, cujos transportes estão delegados na AML (Área Metropolitana de Lisboa) e sobre os múltiplos constrangimentos que têm afetado os utilizadores destes transportes rodoviários com quem o executivo está profundamente solidário, embora não tendo responsabilidades nesta matéria, mas enquanto presidente da Câmara Municipal de Alcochete e membro do Conselho Metropolitano da AML, pediu desculpas pelo mau serviço que a AML, a Carris Metropolitana e os TML (Transportes Metropolitanos de Lisboa) estão a prestar a todos os munícipes. Desde a implementação da operação que os problemas se sucedem, colocando em causa a vida das pessoas, quer ao nível profissional, quer ao nível estudantil, atendendo ao facto da proximidade das provas de aferição e exames nacionais, onde um número elevado de estudantes faltam às aulas por força do mau serviço prestado, que passa por falta de autocarros, má gestão da frota, falta de horários e postaltes, entre outros problemas que contribuíram para um cenário caótico e que invadiu os concelhos da designada área 4.

Informou que foram recebidas na câmara municipal múltiplas reclamações, existindo o cuidado de as encaminhar para quem de direito, exigindo o cumprimento escrupuloso do que estava contratualizado e rápidas respostas face às inúmeras lacunas verificadas, contudo entende que mais importante do que estas exigências e alertas efetuadas ao longo de todo o processo e, em particular, a partir do momento em que houve a noção de que as coisas não estavam a funcionar segundo aquilo que era expectável acontecer a partir do dia 1, é encontrar soluções que possam ser desenvolvidas para que este assunto deixe de mexer com a vida das pessoas.

Comunicou que na passada segunda-feira a câmara municipal reuniu na AML, onde foi entregue presencialmente um conjunto de reclamações, apresentando em concreto os problemas verificados “in loco” no concelho de Alcochete, também no dia de ontem, numa reunião proposta pela Câmara Municipal de Alcochete, estiveram presentes a administração dos Transportes Metropolitanos de Lisboa, a senhora presidente do Conselho Metropolitano, o Primeiro Secretário Metropolitano, representantes do operador Alsa/Todi e os autarcas do Montijo, Moita, Barreiro, Palmela e Setúbal, onde foram apresentados os fundamentos das falhas por parte da operadora e os trabalhos

desenvolvidos pela administração dos Transportes Metropolitanos de Lisboa, na tentativa de mitigar estes problemas, tendo existido a oportunidade de priorizar as ações, no sentido de se encontrar soluções para que este processo assuma a normalidade que exige.

Continuou informando da existência de um conjunto de problemas laborais que estão a afetar este serviço, que resultam de uma herança pesada que a atual operadora herdou por parte dos TST (Transportes Sul do Tejo), compromissos que a nova operadora terá de assumir. Todavia foi garantido que a partir de amanhã seriam reforçadas as carreiras de Alcochete para Lisboa e vice-versa, nas chamadas horas de ponta e que até ao final do mês iriam cumprir com os antigos horários dos Transportes Sul do Tejo, instalar as bandeiras nos postales que existem em todo o concelho, incrementando, assim, paulatinamente o que está contratualizado. Espera que até ao final do mês de agosto tudo esteja a decorrer conforme o definido no contrato celebrado entre os Transportes Metropolitanos de Lisboa e esta operadora.

Expôs que o contrato prevê coimas muito elevadas no que diz respeito ao incumprimento por parte da operadora. Tendo em consideração todos os problemas laborais que existem com os motoristas, considerando que no dia de ontem 33 motoristas entraram em baixa médica, foi proposto que a operadora deveria partir rapidamente para a aquisição de um serviço complementar junto de entidades privadas, de forma a minimizar o impacto negativo, tendo a operadora referido que não tem a necessidade de preconizar a aquisição desse serviço, porque entende que possui as condições necessárias para poder reforçar as carreiras.

Adiantou que todos os municípios da chamada área 4, Barreiro, Montijo, Moita, Palmela e Setúbal, possuem alternativas aos transportes rodoviários, quer seja ferroviário, quer seja fluvial, enquanto o município de Alcochete só dispõe do transporte rodoviário, pelo que o reforço que foi garantido por parte da operadora a partir do dia de amanhã, não pode falhar de forma alguma. Salientou que a câmara municipal continuará atenta ao funcionamento da Carris Metropolitana e ao cumprimento rigoroso do que foi assumido pelo consórcio Alsa/Todi.

Seguidamente apresentou uma Saudação - “Festas de Confraternização Camponesa de S. Francisco”

«Nos passados dias dois, três, quatro e cinco de junho, teve lugar, na Freguesia de S. Francisco, a quadragésima oitava edição das Tradicionais Festas de Confraternização Camponesa.

Após mais de dois anos de interregno, por força do ciclo pandémico que ainda continuamos a atravessar, foi em S. Francisco que inaugurámos o ciclo das festas populares do nosso concelho. A expectativa era grande, mas não podemos negar que a apreensão também ocupava os nossos pensamentos: este seria o primeiro grande momento festivo, após tão longa ausência.

Congratulamo-nos hoje pelo êxito alcançado e sobretudo pela forma alegre e sem incidentes como as festas decorreram. Tudo está bem, quando acaba bem, mas para que isso aconteça, muito tempo e trabalho é, naturalmente, despendido. Devemos sempre lembrar quem dá de si e do seu tempo para nos proporcionar momentos de confraternização, que para além da animação proporcionada, fomentam e fazem perdurar a nossa identidade cultural.

Assim, saudamos e agradecemos às mulheres e homens que constituem a Comissão de Festas de S. Francisco, que de forma abnegada e altruísta sonharam, idealizaram e concretizaram mais uma edição das Tradicionais festas de Confraternização Camponesa de S. Francisco.

Agradecemos também a colaboração dos Bombeiros Voluntários de Alcochete, da Guarda Nacional Republicana e dos trabalhadores da Câmara Municipal de Alcochete.

Felicitemos ainda a Junta de Freguesia de S. Francisco pelo empenho para que esta freguesia, as suas Festas e as suas gentes sejam um motivo de orgulho para todo o concelho.

Vivam as Festas Tradicionais de Confraternização Camponesa!

Viva S. Francisco!

Esta saudação deve ser partilhada com a Comissão de Festas de Confraternização Camponesa de São Francisco, Junta de Freguesia de São Francisco, Posto Territorial da GNR Alcochete e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete.»

A senhora vereadora Maria Fátima Soares apresentou uma Saudação – “GDA”

«No passado dia 28 de maio, o Grupo Desportivo Alcochetense, escreveu mais uma página de glória na sua história.

A sua equipa de Juniores empatou a 1 bola com o Fabril, conseguindo, deste modo, ser promovida da I Divisão Distrital de Juniores, para a II Divisão Nacional de Juniores.

É um momento histórico para o clube e a Câmara Municipal de Alcochete tem a honra de felicitar todos os jogadores, treinador, adjuntos, staff, direção, adeptos e familiares.

A todos um bem-haja pela sua resistência e qualidade demonstrada ao longo desta época desportiva, nunca esquecendo que “Somos todos GDA”.

A Autarquia deseja a toda a família GDA, votos de um futuro repleto de muito sucesso!»

De seguida apresentou uma Saudação – “Futebol Clube São Francisco”

«No passado dia 4 de junho, o Futebol Clube São Francisco, escreveu mais uma página de glória na sua história.

A sua equipa de Iniciados ganhou 3-1 ao Clube Santa Marta do Pinhal, conseguindo, deste modo, intitular-se campeões da Taça Distrital da Associação de Futebol de Setúbal de Futsal.

É um momento histórico para o clube, a Câmara Municipal de Alcochete tem a honra e o orgulho em felicitar todos os jogadores, treinador, adjuntos, staff, direção, adeptos e familiares.

A todos um bem-haja pela sua resistência e qualidade demonstrada ao longo de toda a época desportiva.

“Juntos criamos vitórias”, este será sempre o mote para seguirmos caminho.

A Autarquia deseja um futuro repleto de muito sucesso!»

Continuou expondo a preocupação pelo aumento de casos Covid no concelho, mas que apesar de tudo era expectável pela liberdade que já se vive. As pessoas já andam livremente e circulam sem máscara, sendo normal que estes números tenham tendência a aumentar, saudando o facto de não haver registos de mortes. Julga que se está a caminhar para a vertente de se considerar o Covid como uma gripe, algo a que todos teremos de nos habituar, existindo obviamente a necessidade de se continuar com as devidas precauções.

Em relação aos transportes públicos afirmou que é uma situação que afeta todos os utilizadores em concreto, mas que se replica nas famílias dessas mesmas pessoas. Adiantou que o início da operação ficou muito aquém na perspetiva da revolução que se falava nos transportes, compreende-se que todo e qualquer processo desta envergadura teria constrangimentos iniciais, mas nunca com esta dimensão, falhas em quase todas as frentes, com a prestação de um mau serviço à população.

Saudou o senhor presidente e o senhor vereador Pedro Lavrado, pelas diligências tomadas, sabendo que não irão desarmar, nem baixar os braços para reivindicar por mais e melhores condições que no fundo são as condições contratadas para o efeito.

Endereçou também uma Saudação à Associação de Festas de São Francisco, referindo que teve o gosto de acompanhar e viver o ambiente destas festas, tendo sido as mesmas o ponto de partida e referência para as que se seguem.

Parabenizou a freguesia de São Francisco, a população e as pessoas que visitaram esta localidade, porque foram umas festas excelentes, sendo para si um orgulho ter pessoas desta envergadura no Movimento Associativo.

O senhor vereador Jorge Giro questionou se as Saudações não iriam ser votadas.

O senhor presidente respondeu que as Saudações não seriam alvo de votação, foram somente lidas, porque não é pedido que a câmara delibere.

O senhor vereador Jorge Giro enviou votos de parabéns à comissão de festas de São Francisco pela sua resiliência, afirmando que foram dois anos sem festas, pelo que acredita que não é fácil manter o alento. Embora não tivesse tido a oportunidade de estar presente recebeu a informação que as mesmas correram muito bem.

Concordou com as palavras da senhora vereadora Maria de Fátima Soares, quando diz que se tem de começar a conviver com o vírus, excetuando se as variantes ganharem outras dimensões que obrigue a DGS (Direção Geral de Saúde) tomar outras medidas.

Saudou o GDA (Grupo Desportivo Alcochetense) entendendo que não tenha possibilidade de se estender nos elogios, pois faz parte dos órgãos sociais, mas, no entanto, aproveita para dar os parabéns a um clube que lhe diz muito e onde já foi jogador e treinador, desejando que os atuais campeões consigam singrar na carreira e que elevem o nome de Alcochete.

Relativamente à situação dos transportes públicos, aludiu que o senhor presidente referiu que foi uma luta que tem vindo a ser desenvolvida há 4 anos, mas efetivamente foram mais de 10 anos, contudo e depois de tantos anos à espera não havia a necessidade de se começar com uma enorme trapalhada e alarme social. Informou que não era utente dos transportes públicos, pelo que não teve o acesso aos horários que iriam ser praticados, mas sempre pensou que os horários dos TST continuariam em vigor, apenas sendo reforçadas carreiras onde havia essa necessidade e implementação de novas carreiras. Existiram pessoas que aguardaram cerca de duas horas por um transporte, impedindo-as

de ser pontuais no seu local de trabalho, repetindo-se o cenário aquando do regresso às suas habitações, no entanto, deparou-se com muitos autocarros a circularem vazios.

Questionou se a câmara municipal teve previamente acesso aos horários que iriam ser praticados e se em caso afirmativo fez algum alerta junto da empresa informando que os mesmos não respondiam às necessidades.

Exclamou se estava previsto o início das operações para o dia 1 de junho, não se percebe como que à meia-noite existiam motoristas que não sabiam a que horas iriam entrar ao serviço e, simultaneamente, não terem tido formação com a devida antecedência. Compreendia-se que podia haver pequenas falhas, mas não ao nível das que existiram, prejudicando as pessoas, impedindo-as de ir trabalhar ou estudar.

Adiantou que se na base do que está contratualizado está previsto a aplicação de coimas, então que as mesmas sejam aplicadas.

Reforçou a questão se a câmara municipal teve atempadamente acesso aos horários que iriam ser praticados.

O senhor presidente informou que as questões apresentadas pelo senhor vereador Jorge Giro, foram precisamente as dúvidas que ontem foram colocadas na referida reunião, com a participação de todos os protagonistas, para que pessoalmente todos pudessem falar abertamente de um problema que não só está a afetar Alcochete, mas também outros concelhos, interrogando os TML, que é a empresa que faz a gestão, se no dia 1 de junho tinha conhecimento de que algo de anormal se passava ou se porventura não estaria em condições de arrancar com o serviço, tendo obtido a resposta por parte da operadora que até estariam em condições de terem iniciado em abril.

Houve um conjunto de problemas, iniciaram-se trajetos diferentes, havendo recusa por parte dos motoristas alegando que desconheciam os percursos, parecendo-lhe pertinente essa postura.

Adiantou que não é relevante para a discussão sobre quem é o responsável pela situação, o tempo dirá de sua justiça e algo irá naturalmente acontecer. O consórcio garantiu o reforço das carreiras e que o problema não teve origem na falta de autocarros, mas sim na falta de organização dos respetivos motoristas. Existiu inclusive motoristas que pegaram em autocarros que não deviam ser utilizados na ponte Vasco da Gama, porque não podem transportar pessoas em pé, pelo que houve a necessidade de os militares da Guarda Nacional Republicana do posto territorial de Alcochete, intervir numa das paragens situadas no *Freeport*, devido às pessoas que viajavam em pé no autocarro e se recusavam a sair do mesmo.

Considerou que a questão levantada pelo senhor vereador Jorge Giro sobre se a câmara municipal teve atempadamente acesso aos horários que iriam ser praticados é muito pertinente, mencionou que a câmara municipal aquando da discussão dos horários realizou um trabalho em conjunto com os seus técnicos no sentido de se apurar quais os mais utilizados e delinear um trabalho no sentido de criar paragens nos locais de empresas, nos parques industriais do Batel e do Passil, onde trabalham centenas de pessoas, garantindo transporte público a esses trabalhadores. Esse trabalho foi realizado, contudo o consórcio não só não estava a fazer aquilo para o qual estava contratado, como nem sequer estava a assegurar os serviços que os TST estavam a desenvolver.

O senhor vereador Pedro Lavrado, enquanto responsável pelo pelouro da mobilidade, manifestou o seu desalento e frustração por após 4 anos de trabalho político e técnico intenso se estar a passar por esta situação, informando que o município está desde a primeira hora ao lado da criação da empresa Carris Metropolitana, onde teve uma participação direta e ativa na elaboração dos percursos e horários.

Referiu que a TML contratou uma empresa da especialidade, a qual preparou o concurso e que fez uma análise rigorosa de toda a rede existente dos TST, realizando também uma análise de mercado de todas as paragens, entradas, saídas, as que tinham mais utilização, os horários de maior e menor afluência, no final todos os dados apurados foram cruzados com os dados do município.

Informou que neste momento os horários que estão no site da TML, não correspondem aos horários que foram negociados pelo município, tendo a empresa já assumido o erro. A câmara municipal desde que detetou estas falhas, tem solicitado todos os dias, o envio dos horários que a empresa prevê publicar, a fim de confirmar se estão corretos, mas que até à data de hoje ainda nada foi rececionado.

Partilhou que no dia 30 de maio, antevéspera do início da operação, a câmara foi informada que pela TML que não iriam estar instalados os postaletes, os quais deveriam ter sido instalados nesse fim de semana, assim como os horários não iriam estar afixados nas paragens. Estes eram os constrangimentos que existiam para o início da operação, tendo sido garantido que tudo o resto estaria operacional para começar dia 1 de junho. Continuou relatando que no dia 1 de junho de manhã começou a receber telefonemas e mensagens de pessoas que estavam nas paragens há mais de uma hora, autocarros que passavam e não paravam. Entretanto houve a cerimónia de lançamento em Azeitão, onde em conjunto com outros autarcas se percebeu que o problema era comum. Os serviços da câmara municipal, ainda nessa manhã, informaram a TML de todas as anomalias que estavam a acontecer e principalmente o facto dos autocarros que iam para Lisboa não serem os adequados.

Avançou que tinha a expectativa que esta fosse uma situação pontual de um primeiro dia, mas que no dia seguinte nada se alterou, onde mais uma vez os técnicos do município tentaram contactar os técnicos da TML, mas sem sucesso. Enviou um email para a TML e para a administração da Alsa/Todi, dando conta do desagrado, mostrando que era inadmissível o que se estava a passar e que era deveras urgente resolver a situação dos autocarros para Lisboa. Em resposta ao email enviado, recebeu um contacto do administrador da Alsa/Todi a informar que não tinha conhecimento que esta situação estava a ocorrer, garantindo que no dia seguinte tudo isto estaria resolvido, o que acabou por acontecer embora de forma ligeira.

Referiu que na manhã do dia 6 de junho esteve durante 1h30 na paragem da avenida da Revolução, verificando que nada se tinha alterado e onde falhou a passagem de diversos autocarros. Nessa mesma manhã, numa reunião com a TML, apercebeu-se da verdadeira gravidade do problema, tendo sido informado que no dia 31 de maio, às 19h00, uma

comissão de trabalhadores comunicou à administração da Alsa/Todi que no dia seguinte os motoristas não iriam sair para a rua, porque não tinham conhecimento dos horários, porque haviam motoristas que tinham sido deslocados para outra área, que os TST tinham um *shuttle* interno para transportar os motoristas e que agora não existia, além de mais constrangimentos que fazia com que não tivessem condições para iniciar os horários da Carris Metropolitana no dia 1. Assim a TML e a operadora chegaram a um acordo que consistia em continuar a fazer os horários dos TST, ao que questionou, porque é que isso não foi comunicado às pessoas, obtendo a resposta que não foi comunicado, porque não tinham a certeza que até os horários dos TST fossem cumpridos.

Informou que também lhe foi transmitido sobre a existência de constrangimentos na bilhética, no sistema de verificação dos passes do autocarro, haviam pessoas que entravam sem pagar, outros a quem o motorista exigia o recibo do pagamento do passe, a loja Navegante não estava a funcionar, tendo também sido informado que os motoristas em Setúbal e no Montijo tinham-se recusado a sair, originando o caos nomeadamente nas carreiras de e para Lisboa. Entretanto o que será reforçado é o número de autocarros nos horários praticados pela TST.

O senhor presidente aludiu que está convicto que esta situação terá consequências políticas e que serão resolvidas em sede própria e ao nível da Área Metropolitana de Lisboa essas responsabilidades terão de ser apuradas, sendo agora pouco relevante para quem é passageiro da Carris Metropolitana, porque o que se pretende é que os horários sejam cumpridos e que os autocarros estejam nos locais à hora estipulada, o que não aconteceu nestes últimos 8 dias, recordando que na última reunião de câmara foi aprovada uma Moção que visada a gratuitidade dos transportes públicos, mas que importa primeiro “organizar a casa”.

O senhor vereador Jorge Giro referiu que a Moção apresentada na última reunião de câmara não foi extemporânea, extemporâneo foi o início desta empresa que não reunia condições para o fazer, quando, no entanto, todos pensavam o contrário.

Seguidamente apresentou o requerimento:

«Os vereadores da CDU vêm por este meio solicitar uma cópia da prestação de serviços exigida pela Câmara Municipal de Alcochete no seio da Área Metropolitana de Lisboa no que concerne aos horários e serviços/carreiras a praticar no nosso concelho pela nova empresa de transportes».

Posteriormente questionou sobre a descentralização de competências na área da educação, referindo que era público a existência de dificuldades e discrepâncias nas verbas atribuídas pelo Estado às câmaras municipais por terem aceite a descentralização nesta área, o que deu origem a que o presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, ter saído da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Tendo a Câmara Municipal de Alcochete aceite esta descentralização, já possui custos com os vencimentos e outros encargos nesta matéria da educação, que até há poucos meses era da responsabilidade do Estado, se já foram transferidas algumas verbas, se as que porventura foram transferidas estão de acordo com o programado e se pagam os custos que a câmara municipal tem com os trabalhadores e outros serviços.

Sobre os edifícios que estão a ser construídos na estrada municipal 502, perto dos semáforos, mais um condomínio fechado, ao que se sabe trata-se de moradias de luxo, com valores a ultrapassar €1.000.000,00 de euros cada uma. Perguntou se as mesmas estão constituídas em propriedade horizontal e que obras de urbanização resultaram desse empreendimento ou se o promotor somente pagou as taxas devidas.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares em resposta ao senhor vereador Jorge Giro relativamente à descentralização de competências na área da educação, informou que o município recebeu as competências nesta área e que também desde essa data recebeu a verba que estava proposta, a qual tem chegado para liquidar os vencimentos e para fazer face às despesas correntes, conforme estava mapeado.

Salientou que as escolas não servem para dar lucro, adiantando que está constituída uma comissão de acompanhamento nesta área da qual faz parte o senhor presidente da câmara municipal, o senhor delegado regional e o senhor diretor do Agrupamento de Escolas de Alcochete, que é quem irá avaliar e elaborar o relatório que será submetido à tutela com a informação se é necessário ou não mais verba. Nesta área passou tudo para

a responsabilidade da autarquia com a exceção dos contratos do refeitório, que irão ser transferidos para a câmara municipal em setembro. As transferências das verbas vêm em duodécimos, são feitas mensalmente tal como acontecia da parte do Ministério para o agrupamento de escolas.

O senhor vereador Pedro Lavrado em resposta ao senhor vereador Jorge Giro relativamente às questões levantadas sobre os edifícios que estão a ser construídos na estrada municipal 502, informou que não tem de memória o projeto, não conseguindo responder de momento às questões colocadas, pelo que iria averiguar junto dos serviços e que na próxima reunião daria a resposta.

A senhora vereadora Ana Sofia Maduro manifestou o desejo de que com a rapidez possível se resolvam todos os constrangimentos que afetam os transportes públicos e que no fundo prejudicam todas as pessoas no seu dia a dia, quer a nível familiar quer a nível profissional.

Endereçou os parabéns ao Futebol Clube de São Francisco pelo título de campeões e o mesmo ao Grupo Desportivo Alcochetense pelos objetivos que atingiu na sua subida de divisão, que com muito orgulho conduzem o nome de Alcochete pelos melhores motivos. Parabenizou a comissão de festas de São Francisco pela organização das mesmas, pela forma ordeira como tudo correu e pelos espetáculos proporcionados.

B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

– Senhor Alexandre Martins

Munícipe do concelho de Alcochete, sugeriu que se disponibilizasse água para o público que assiste presencialmente às reuniões de câmara.

Expôs que em relação ao pagamento de água, o ciclo em Alcochete termina ao dia 8 de cada mês, tendo em conta os reformados que recebem a sua reforma ao dia 8 e têm a conta de água para pagar ao dia 30/31 de cada mês, sugeriu que, havendo a possibilidade

de retificar este dia de processamento de pagamento para evitar atrasos e pagamentos de juros por parte destas pessoas.

Pelo aumento dos casos Covid sugeriu que a câmara municipal fosse mais proactiva e promovesse os testes rápidos, subsidiados através de alguma parceria com as farmácias do concelho. Louvou o alargamento do horário para o sábado do Centro de Vacinação de Alcochete.

Questionou se o apoio de praia que existe junto ao bar “Kimoa” e ao “Arrastão” irá ter alguma intervenção, uma vez que já está fechado há imenso tempo.

Parabenizou a câmara municipal pelo alargamento do horário de verão no que diz respeito ao funcionamento das bicicletas partilhadas de Alcochete, ressaltando que deveria ser acautelado o seu resguardo por altura das festas para evitar danos ou o roubo das mesmas.

Deu os parabéns aos clubes que elevaram o nome de Alcochete, sugerindo que o senhor presidente recebesse estes atletas, fazendo com que eles sentissem que o presidente estava cá para os receber.

Informou que em relação aos transportes estava muito otimista, no entanto e na sua opinião a solução não passa por mais autocarros, porque estes têm os seus lugares limitados, são poucos lugares para passar a ponte, pelo que, sendo possível, a solução passaria pela prestação deste serviço com autocarros de 2 andares.

Verifica que em Alcochete existem cada vez mais pinos para impedir o estacionamento em todas as ruas, estão a ser colocados a uma distância de 1 metro, 1 metro e 50 centímetros, entre eles, considera que os mesmos podiam estar mais espaçados entre si e que deveriam ser colocadas placas de informação ou direção para os parques de estacionamento, nomeadamente, para o parque perto da biblioteca, do “Alfoz” e da “Praia do Sal”.

Questionou se o museu ao domingo é grátis então porque é que se tem de pagar entradas para visitar as salinas, mesmo sendo munícipes do concelho. Sugeriu que pelo menos ao domingo de manhã as pessoas pudessem circular nas salinas de forma gratuita.

Propôs que os funcionários afetos ao posto do turismo usassem fardamento a fim de estarem identificados, aplicando-se o mesmo para a tripulação do “Bote Leão”.

Referiu que Alcochete tem o privilégio de o Padre Cruz ser natural desta vila, mas não há ênfase em relação a isso. Salientou o facto de a Igreja da Misericórdia de Alcochete ter a primeira bandeira das Misericórdias do país. Considera que o turismo católico é uma vertente que poderá chamar mais pessoas a Alcochete.

Expôs que no trajeto entre a Igreja da Nossa Senhora da Vida e a Igreja da Misericórdia houve uma intervenção no muro que continha as chamadas “namoradeiras”, que são os bancos junto às muralhas e que agora já lá não se encontram.

Sobre as festas do Barrete Verde e tendo em conta a prevenção de acidentes, perguntou se os touros que serão colocados na rua têm os chifres protegidos ou não, sugerindo que as pontas estejam protegidas a fim de evitar acidentes como já se verificou noutros locais.

Tal como na reunião de câmara anterior, sugeriu uma nova imagem para o site da câmara municipal, a que existe mostra um rio sem água, com os barcos em cima do areal.

O senhor presidente deu nota que o Regimento da Câmara Municipal de Alcochete prevê dois períodos para a intervenção do público, um período antes da Ordem do Dia e outro período depois da Ordem do Dia, no sentido de reforçar os tempos para que a população pudesse ser mais participativa e interventiva nas reuniões de câmara. Por uma questão de tempo os assuntos expostos por cada elemento do público não devem exceder os cinco minutos de intervenção. O objetivo da participação do público é trazer às reuniões de câmara um tema em concreto sendo que o presidente da câmara e vereadores estão disponíveis todas as semanas e em dia específico para prestar um atendimento personalizado.

Observou que é uma realidade o pormenor de não estar disponível água para o público que assiste presencialmente às reuniões de câmara, mas que a mesma lhe seria disponibilizada.

Relativamente à questão do pagamento da água o senhor presidente solicitou à senhora Dr.^a Cláudia Santos, chefe da Divisão de Administração e de Gestão de Recursos da câmara municipal, que prestasse esclarecimentos sobre a faturação da água.

A senhora Dr.^a Cláudia Santos adiantou que este assunto não é do pelouro pelo qual é responsável, embora, também tenha a ver com a área financeira. A gestão financeira pertence a outra divisão, no entanto é possuidora de conhecimentos que permitem apresentar os esclarecimentos. O ciclo de água nas faturas não é todo igual, varia de consumidor para consumidor, dependendo do circuito das leituras. O município só fatura uma vez por mês, por norma entre o dia 6 e o dia 10, sendo a data limite de pagamento o último dia útil de cada mês, porque está relacionado com o próximo ciclo de faturação, existindo uma obrigatoriedade legal de as faturas serem remetidas com prazo mínimo de antecedência para o pagamento.

O senhor presidente concordou com as palavras do senhor Alexandre Martins sobre o Covid 19, o aumento de casos é efetivamente maior. Sublinhou que o executivo neste mandato, tal como aconteceu no mandato anterior, sempre seguiu as indicações da Direção Geral de Saúde, existindo uma relação muito estreita e muito profícua com a delegada de saúde local. A câmara municipal na preservação da saúde pública fará sempre tudo aquilo que estiver ao seu alcance e muitas vezes ultrapassando aquilo que são as suas competências e as suas disponibilidades financeiras, contudo fará isso se realmente houver algum sentido, mas desde o momento em que os agentes de saúde informam que não há necessidade de tomar essa ação, a câmara municipal não tomará obviamente essa iniciativa.

Informou que em relação à questão do alargamento do horário do centro de vacinação a câmara municipal não é a responsável, o município disponibiliza o espaço, monta e promove o centro de vacinação às suas expensas, mas o processo de vacinação e os horários são geridos pela saúde local; se existiu a necessidade de alargar o horário para o

sábado, a saúde local deu conhecimento à câmara municipal e protagonizaram essa alteração.

Sobre o apoio de praia transmitiu que é uma questão pertinente e que nos dois últimos anos, por indicação da Direção Geral de Saúde, os balneários estiveram encerrados assim como os chamados “lava-pés”, no entanto não é do seu conhecimento o estado dos balneários, mas possivelmente estarão disponíveis a partir do momento em que a época balnear tiver o seu início.

Em relação ao alargamento do horário de verão das bicicletas, concordou com o que foi transmitido pelo senhor Alexandre Martins, acerca do funcionamento das mesmas durante as festas do Barrete Verde, já estando previsto a recolha das mesmas.

Sobre questão da receção aos atletas do Futebol Clube São Francisco e do Grupo Desportivo Alcochetense, é certo que não foi feita, mas isso não quer dizer que não venha a ser realizada, por motivo de agenda ainda tal não foi possível. A senhora vereadora Maria de Fátima Soares desenvolverá as ações necessárias, porque é motivador para os atletas serem recebidos na câmara municipal.

Em relação aos autocarros o senhor Alexandre Martins poderá estar equivocado, assim como muitas pessoas, a Carris de Lisboa é uma empresa, a Carris Metropolitana é outra, não têm nada a ver uma com a outra. A legislação não prevê que os autocarros que circulam na ponte Vasco da Gama levem pessoas em pé, mas a Carris Metropolitana, no consórcio Alsa/Todi tem um conjunto largo de autocarros com 72 lugares sentados.

Concordou com o senhor Alexandre Martins quando lamenta a proliferação dos pinos, contudo estes são instrumentos dissuasores do estacionamento abusivo, sendo a única forma que a câmara municipal tem para poder controlar este tipo de infração. Existem outras entidades que têm competências nessa matéria e devem fazer o seu papel. Neste momento estão a ser desenvolvidos todos os procedimentos para se poder ter junto ao largo da Feira uma bolsa de estacionamento público para 250 automóveis, que geograficamente estará a 300 metros do núcleo histórico de Alcochete. Esclareceu que o espaço que identificou junto à biblioteca não é propriedade da câmara municipal, mas sim

da Santa Casa da Misericórdia de Alcochete, durante a vigência da anterior provedoria da Santa Casa houve um acordo de cavalheiros entre a Santa Casa e a câmara municipal no sentido de o município poder utilizar aquele espaço para estacionamento, comprometendo-se a limpar o respetivo terreno e a mantê-lo em condições, mas a nova provedoria foi solicitada a devolução do terreno, ficando a câmara municipal sem esse espaço para estacionamento público.

Informou que a Fundação das Salinas do Samouco é um organismo autónomo, tem a participação de um membro da câmara municipal na administração, pelo que tem a liberdade para praticar os preços que entender. A senhora vereadora Maria de Fátima Soares pelas funções inerentes é quem tem assento no Conselho de Administração da Fundação das Salinas, a qual irá transmitir a mensagem do senhor Alexandre Martins, ressaltando que a cobrança das entradas é talvez das poucas fontes de receita que a Fundação possui.

Sobre o Posto de Turismo concordou com a sugestão do fardamento específico para os colaboradores da câmara municipal que estão no exercício dessas funções. No entanto, há cerca de 2 ou 3 anos a câmara municipal fez um investimento no fardamento para a tripulação do “Bote Leão”, esse fardamento existe, tal como existe para o Gabinete de Comunicação e Imagem e também para os operacionais das outras áreas da câmara municipal.

Informou que o turismo católico faz parte da estratégia do partido político que representa no concelho de Alcochete, existia uma visão maior que passava pela criação de um percurso pedonal que iria ligar Alcochete ao Santuário da Atalaia. Transmitiu que o executivo acompanha a questão do padre Cruz, estando a decorrer um processo de canonização, processo este que é bastante moroso e que inerente a esta situação está a ser desenvolvido um trabalho do ponto de vista turístico.

Sobre a questão das “namoradeiras” informou que não tem memória que no percurso indicado terem existido esses bancos, havia sim no miradouro Amália Rodrigues. Neste momento é algo difícil de implementar, pois todo esse troço foi alvo de requalificação e

agora, depois de concluídas as obras é muito difícil abordar essa questão. Reiterou que não tem registo da existência das “namoradeiras” nesse local.

Em relação às festas do Barrete Verde, esclareceu que o Aposento do Barrete Verde de Alcochete tem como missão, entre outras coisas, organizar as festas do Barrete Verde e das Salinas. Transmitiu que já houve o cuidado de em reunião com a direção do Aposento do Barrete Verde, chamar a atenção para que nas largadas de toiros haja a necessidade de os animais estarem embolados ou terem os chifres limados no sentido de se evitar males maiores. O alerta foi bem recebido pela direção do Aposento do Barrete Verde, mas será a eles que compete a implementação dessas medidas.

Sobre a imagem que consta no site agradeceu a sugestão, a qual será tida em conta.

C. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €5.481.692,41 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, seiscentos e noventa e dois euros e quarenta e um cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que, entre os dias 25/05/2022 e 07/06/2022, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €1.140.186,54 (um milhão, cento e quarenta mil, cento e oitenta e seis euros e cinquenta e quatro cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 1966 ao n.º 2207.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas

Ata da reunião ordinária realizada em 11 de maio de 2022

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

Não votou a senhora vereadora Natacha Patinha por não ter estado presente, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1. Normas de Participação – Arraial de S. João

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito das ações preparatórias do Arraial de S. João, foi elaborada uma proposta de normas de participação (em anexo), as quais estabelecem as condições de participação dos expositores.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar as Normas de Participação como **Doc. 1**.

4.2. Celebração de Contrato Programa com a Associação Gil Teatro

Pela senhora vereadora Maria Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades quotidianas sentidas para manter o funcionamento da sua atividade, regular ou pontual, com a devida definição de critérios respeitando os princípios da, equidade social, onde o rigor e a transparência são fatores essenciais para a concretização de um projeto participado, assente na parceria e cooperação.

Assim, considerando:

- As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º - 2 alíneas e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;
- A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º 1, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;
- A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria;
- As reuniões dinamizadas com os interessados, com a indicação das propostas de atividades a serem consideradas para o ano de 2022, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), à Associação Gil teatro.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Contrato Programa, como **Doc. 2**

4.3. Atribuição de Ação Social Escolar

Pela senhora vereadora Maria Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito do estabelecido pela alínea hh), do n.º 1, do artigo 33.º e pelo ponto 1, do artigo 34.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, é competência da Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a atribuição de auxílios económicos no âmbito da alimentação, material escolar e visitas de estudo.

De acordo com o estabelecido pela legislação em vigor e após a análise de todos os requerimentos e respetiva fundamentação documental, propõe-se a atribuição de Ação Social Escolar no escalão B a 1 aluno(a) da educação pré-escolar, cujo processo encontra-se disponível para consulta no Setor de Educação.

Assim sendo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere favoravelmente a atribuição de Ação Social Escolar para o ano letivo 2021/2022, com efeitos a 15 de maio de 2022.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.4. Atribuição de apoio na comparticipação de medicamentos no âmbito do PCMIC

Pela senhora vereadora Maria Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Programa de Comparticipação de Medicamentos aos Idosos Carenciados, tem como principal objetivo despromover as desigualdades sociais, contribuir para a melhoria da qualidade de vida e saúde, promover a longevidade dos grupos etários mais vulneráveis, proporcionando a possibilidade de aquisição deste bem de primeira necessidade, a medicação.

Este apoio é atribuído aos idosos, através de candidatura, no período correspondente, com os critérios definidos pelas normas regulamentares.

Embora tenha terminado o período de candidaturas e existindo cabimento orçamental neste Programa, o Setor de Desenvolvimento Social e Saúde rececionou dois munícipes com situação socioeconómica que se enquadra dentro do Regulamento, cujos processos n.º 65 e 66 podem ser consultados no setor.

Face ao exposto propomos a atribuição do respetivo apoio no âmbito do PCMIC, até ao final do corrente ano.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.5. Celebração de Contrato Programa com a Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense

Pela senhora vereadora Maria Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades quotidianas sentidas para manter o funcionamento da sua atividade, regular ou pontual, com a devida definição de critérios respeitando os princípios da, equidade social, onde o rigor e a

transparência são fatores essenciais para a concretização de um projeto participado, assente na parceria e cooperação.

Assim, considerando:

- As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º - 2 alíneas e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;
- A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º 1, a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;
- A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria;
- As reuniões dinamizadas com os interessados, com a indicação das propostas de atividades a serem consideradas para o ano de 2022, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €15.000,00 (quinze mil euros), à Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Contrato Programa, como **Doc. 3**

Não votou o senhor vereador Dário Moura ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.

4.6 Celebração de Contrato Programa com a Organização de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia do Samouco

Pela senhora vereadora Maria Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades quotidianas sentidas para manter o funcionamento da sua atividade, regular ou pontual, com a devida definição de critérios respeitando os princípios da, equidade social, onde o rigor e a transparência são fatores essenciais para a concretização de um projeto participado, assente na parceria e cooperação.

Assim, considerando:

- As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º - 2 alíneas e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;
- A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º.1, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;
- A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que

procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria;

- As reuniões dinamizadas com os interessados, com a indicação das propostas de atividades a serem consideradas para o ano de 2022, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €2.000,00 (dois mil euros), à Organização de Reformados Pensionistas e Idosos da Freguesia do Samouco».

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Contrato Programa, como **Doc. 4**

4.7. 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o Ano de 2022

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

«A presente proposta de alteração ao mapa de pessoal para 2022, identifica o número e o perfil dos recursos humanos necessários para assegurar a missão e as atividades do Município de Alcochete neste ciclo de gestão, - tendo em consideração a responsabilidade pelo dimensionamento e pelos desafios que emergem do contexto envolvente da autarquia.

A estratégia de recursos humanos delineada pelo Município de Alcochete, implica assim uma verdadeira gestão previsional dos postos de trabalho e das competências necessárias para que a ação global da autarquia seja eficiente e eficaz, ao mesmo tempo que valoriza as pessoas que nela trabalham, procurando criar, as possíveis oportunidades de motivação e desenvolvimento individual.

Desta forma a presente proposta de alteração ao mapa de pessoal - tendo em consideração o último mapa de pessoal, aprovado em reunião de câmara de 13/04/2022 e sessão da assembleia municipal de 29/04/2022 - reflete para além da avaliação do impacto das saídas que se têm registado, as necessidades identificadas pelos serviços, em áreas deficitárias.

No que respeita, às restantes movimentações/necessidades, identificadas nos últimos meses, correspondem às seguintes ocorrências:

- 1) Vacatura de dois postos de trabalho, a termo resolutivo incerto, da carreira de assistente operacional, área de educação, da Divisão de Intervenção Social (DIS), por regresso das trabalhadoras, integradas no segmento da transferência de competências no domínio da educação;
- 2) Vacatura de dois postos de trabalho, a termo resolutivo incerto, da carreira de assistente operacional, área de educação da DIS, por regresso das trabalhadoras;
- 3) Vacatura de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, área de desporto da DIS, por aposentação do trabalhador;
- 4) Vacatura provisória de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira técnico superior, da DIS, para desenvolver uma comissão de serviço, noutro organismo;
- 5) Consolidação de mobilidade na categoria, de trabalhadora oriunda de outro organismo, da carreira de técnico superior, área de comunicação social, do Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI);
- 6) Consolidação de mobilidade intercarreiras, de uma trabalhadora da carreira de assistente operacional, área de educação para a carreira de assistente técnica/administrativa Educação e Desenvolvimento Social, da DIS;

- 7) Criação dos seguintes postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado:
- 4 da Carreira de técnico superior
 - 1 Engenheiro Informático para a DAGR;
 - 1 Engenheiro Civil para a DISU;
 - 1 Engenheiro Civil para a DOME;
 - 1 Engenheiro Mecânico para a DOME;
 - 6 da Carreira de assistente técnico
 - 1 Administrativo para a DAT;
 - 2 Administrativos para a DIS;
 - 2 Administrativos para a DISU;
 - 1 Administrativo para a DOME;
 - 8 da Carreira de assistente operacional
 - 2 Águas e Saneamento para a DISU;
 - 3 Higiene Urbana para a DISU;
 - 1 Recolha de Resíduos Sólidos para a DISU;
 - 1 Apoio a Eventos para a DISU;
 - 1 Espaços Verdes para a DISU;
- 8) Criação de 5 postos de trabalho, da carreira de assistente operacional – área de educação, com vínculo de emprego público por tempo determinado, no regime de contrato a termo resolutivo certo;
- 9) Ocupação de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público a termo resolutivo incerto, da carreira de assistente operacional, área de educação, da Divisão de Intervenção Social (DIS), para substituição de trabalhadora ausente;

- 10) Ocupação de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente técnico, área administrativa de contratação pública, da Divisão de Administração e Gestão de Recursos (DAGR);
- 11) Ocupação, no regime de mobilidade na categoria, de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de técnico superior, área Comunicação Social, do Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI), de um trabalhador oriundo de outro organismo;
- 12) Reaffectação de 4 postos de trabalho ocupados, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado:
 - 1 assistente técnico da área de contratação pública, Setor de Gestão Financeira da DAGR para o Setor de Expediente Geral, Apoio aos Órgãos Autárquicos e ao Município da mesma Divisão;
 - 1 assistente técnico da área de contratação pública, Setor de Gestão Financeira da DAGR para a área de arquivo, do Setor de Expediente Geral, Apoio aos Órgãos Autárquicos e ao Município da mesma Divisão;
 - 1 assistente operacional do Setor de Logística e Transportes, área de limpeza de edifícios, para a área de Transportes, da mesma Unidade Orgânica;
 - 1 assistente operacional do Setor de Espaços Verdes e Higiene Urbana, área de higiene Urbana, para o Setor de Gestão de Cemitério da mesma Divisão.

Assim, propõe-se ao Executivo Municipal deliberar no sentido de:

- a) Aprovar a segunda alteração ao mapa de pessoal para 2022, conforme documentos anexos, nos termos e para efeitos do n.º 2, do artigo 6.º, da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro e do n.º 5 do artigo 29.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o n.º 2 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro;
- b) Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 5 votos a favor do PS e uma abstenção da CDU, bem como anexar o Mapa de Pessoal, como **Doc. 5**.

O senhor vereador Jorge Giro apresentou verbalmente a seguinte declaração de voto:

«O vereador representante da CDU, abstém-se neste ponto por entender que o Mapa de Pessoal é uma gestão própria da câmara municipal e deste executivo e se fosse connosco, se calhar a gestão era outra, mas esta é a vossa, portanto abstemo-nos nesta matéria».

5. Apoios financeiros

Pela senhora vereadora Maria Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

- **Apoio Financeiro à Associação Pétalas D' Ideias para apoio aos Refugiados Ucrânianos**

«A Associação Pétalas D' Ideias, tem por principal objetivo contribuir para o bem-estar da população, coadjuvando os serviços públicos competentes ou outras instituições, em espírito de solidariedade humana e social.

Esta Associação, desenvolve programas na área da ação social, saúde, educação, ambiente, lazer e cultura, sendo estas mediante observância dos princípios de respeito e lealdade, solidariedade, justiça social e humanidade.

Ao longo dos anos da sua existência, a Associação Pétalas D' Ideias, desenvolveu diversas ações, nomeadamente: envio de donativos para Cabo Verde (roupa, calçado, brinquedos, livros e material educativo), através da Marinha Portuguesa e das Forças Armadas Portuguesas; desenvolvimento do Projeto “Almofadas do Coração”, em parceria com a Liga Portuguesa Contra o Cancro, a Sociedade Recreativa de São Francisco e o Grupo de Voluntariado Comunitário de Pombal, que consistiu na angariação de camisas usadas e elaboração de almofadas que foram distribuídas aos doentes submetidos a uma cirurgia oncológica da mama e serviram como apoio do membro superior, a fim de aliviar a pressão da axila sobre a área da cirurgia, diminuindo o edema e aliviando a dor; angariação de alimentos nas mais diversas iniciativas; projeto “Toma lá, dá cá”, onde cada um pode doar o que quiser (roupa, alimentos, material escolar ou de higiene, etc.) e levar algo que necessite; remodelação do refeitório da Escola D. Manuel I; preparação da logística no dia do acolhimento aos refugiados ucranianos; apoio nas questões práticas das famílias de acolhimento aos refugiados ucranianos; entre outras.

Vivemos tempos difíceis que obrigatoriamente nos levam a refletir sobre os valores da democracia, da liberdade e da solidariedade e estamos diariamente a assistir a uma Guerra que obriga milhares de cidadãos Ucranianos a fugirem do seu país, tornando-se refugiados.

A Associação Pétalas D' Ideias está na linha da frente a ajudar estes refugiados e a Autarquia está solidária com esta causa.

Reconhecendo o superior interesse municipal no objeto desta Associação e tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €645,00 (seiscentos e quarenta e cinco euros) à Associação Pétalas D' Ideias, para a aquisição de medicamentos para ajudar os Refugiados Ucranianos, acolhidos no nosso concelho.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

6. Informações

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte informação:

– **Campanha Antirrábica e Identificação Eletrónica 2022**

«No seguimento do Despacho n.º 3227/2022 de 16 de março de 2022, a DGAV definiu as normas técnicas de execução regulamentar do Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses (PNLVERAZ). Este despacho deu início ao processo de início da preparação da Campanha Antirrábica (CVAR 2022), através dos respetivos serviços regionais, que solicitaram a programação do cronograma da vacinação ao nível dos municípios.

A CVAR é constituída por 2 períodos:

- Período de Concentrações, onde há deslocação do serviço a vários pontos ao longo do concelho, entre 20/06 a 01/07 e entre 29/08 a 09/09, conforme a seguinte tabela:

FREGUESIAS	LUGARES	LOCAL	DIA	HORA
Samouco	Samouco	Pavilhão Desportivo	20/jun	10h30
S. Francisco	S. Francisco	Junta de Freguesia	21/jun	10h30
Alcochete	Passil	Centro Saúde	22/jun	10h30
Alcochete	Fonte da Senhora	Delegação da Junta	22/jun	14h30
Alcochete	Alcochete	Estaleiro Municipal	23/jun	10h30
S. Francisco	S. Francisco	Junta de Freguesia	27/jun	10h30
Samouco	Samouco	Pavilhão Desportivo	28/jun	10h30
Alcochete	Alcochete	Estaleiro Municipal	29/jun	10h30

Alcochete	Alcochete	Estaleiro Municipal	30/jun	10h30
Alcochete	Passil	Centro de Saúde	1/jul	10h30
Samouco	Samouco	Pavilhão Desportivo	29/ago	10h30
S. Francisco	S. Francisco	Junta de Freguesia	30/ago	10h30
Alcochete	Fonte da Senhora	Delegação da Junta	31/ago	10h30
Alcochete	Alcochete	Estaleiro Municipal	1/set	10h30
Alcochete	Passil	Centro Saúde	2/set	10h30
S. Francisco	S. Francisco	Junta de Freguesia	5/set	10h30
Samouco	Samouco	Pavilhão Desportivo	6/set	10h30
Alcochete	Alcochete	Estaleiro Municipal	7/set	10h30
Alcochete	Alcochete	Estaleiro Municipal	8/set	10h30
Alcochete	Passil	Centro de Saúde	9/set	10h30

- Período de Vacinação complementar, com início a 02/06/2022, todas as 5ª feiras das 10:30-12:15, até ao final do ano civil.

A marcação prévia será obrigatória conforme anos anteriores através do 914432270.

Através da DISU-SLT foram distribuídos folhetos e cartazes nos vários pontos habituais de colocação do edital da CVAR e nas delegações das Juntas de Freguesia, no dia 23/05.»

O senhor vereador Jorge Giro interveio sugerindo que se pudesse acrescentar na Informação que a vacinação é obrigatória e gratuita.

A Câmara tomou conhecimento.

D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 20:15 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.